



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública
Análise Conclusiva do Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO TOCANTINS

027.522.461-96 - CANTIDIO NETO MACHADO DE AMORIM

Período Referência: 2019/2

Entrega de dados: 30/01/2020 07:07:22 -

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?

Não

Comentário:

Lei de Instituição do Controle Interno:

029/2007

Possui entidade da Administração Pública Indireta?

Não

Comentário:

Orçamento

1) Houve abertura de créditos adicionais?

Resposta: Não

Comentário: ouve apenas suplementação de saldos, conforme necessidade ao longos de uso do orçamento.

2) As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

Resposta: Não

Comentário:

3) Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

Resposta: Não

Comentário:

4) O orçamento foi superestimado?

Resposta: Não

Comentário:

5) Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Resposta: Sim

Comentário: Consta na LOA

6) Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

Resposta: Não

Comentário: encontra-se nos anexos específicos

Operações de Crédito

60) Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis

autorizativas?

Resposta: Não

Comentário: Não houve

61) Houve realização de operação de crédito?

Resposta: Não

Comentário: Não houve

62) Qual a modalidade da Operação de Crédito?

Resposta: Não Houve

Comentário:

63) Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?

Resposta: Não

Comentário: Não houve

64) As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?

Resposta: Não

Comentário:

65) O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

Resposta: Não

Comentário:

66) Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior?

Resposta: Não

Comentário:

67) A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?

Resposta: Não houve

Comentário:

68) A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

Resposta: Não houve

Comentário:

Pessoal

69) As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Resposta: Sim

Comentário: todas tem leis específicas para tais contratações

70) Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

Resposta: Não

Comentário:

71) Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Resposta: Não

Comentário:

72) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Resposta: Sim

Comentário: Índice de Pessoal foi o percentual de 47,47

73) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Resposta: Sim

Comentário:

74)A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Resposta: Não

Comentário:

75)O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

Resposta: Sim

Comentário:

76)O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

Resposta: Sim

Comentário:

77)Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Resposta: Sim

Comentário: O ultimo concurso realizado foi no exercício de 2011

78)Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Resposta: Sim

Comentário:

79)Existem servidores contratados por tempo determinado?

Resposta: Sim

Comentário: Tem servidores contratados por tempo determinado, conforme Leis Municipal

80)Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Resposta: Sim

Comentário:

81)O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim

Comentário:

82)O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

Resposta: Sim

Comentário:

83)Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim

Comentário:

84)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Resposta: Não

Comentário: os serviços de contabilidade é terceirizado

85)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Não

Comentário:

86)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

Resposta: Não

Comentário: Os serviços jurídicos do Município é terceirizado

87)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Não

Comentário:

Bens Permanente

10) Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Resposta: Não

Comentário: Neste segundo semestre de 2019, não houve leilões. Portanto, não houve alienação de bens.

11) Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Resposta: Não

Comentário: não houve

12) Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

Resposta: Não

Comentário: Não houve

13) Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

Resposta: Não

Comentário: neste semestre não houve alienação de bens

14) O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Resposta: Sim

Comentário: Todos são devidamente registrados quando entra no Patrimônio

15) O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Resposta: Sim

Comentário:

Bens em almoxarifado

7) É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

Resposta: Sim

Comentário: A Gestão utiliza o meio Web de maneira eficiente para controle de combustível e manutenção de frotas. Onde o mesmo gera relatórios específicos de cada veículos

8) O Poder Executivo tem implantado em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

Resposta: Sim

Comentário:

9) O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Resposta: Sim

Comentário:

Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajuste

51) Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

Resposta: Sim

Comentário:

52) Há análise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Resposta: Sim

Comentário:

53)O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Resposta: Sim

Comentario:

54)Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Resposta: Sim

Comentario:

55)Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Resposta: Sim

Comentario:

56)O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Resposta: Sim

Comentario:

Obras Públicas e Reformas

57)Existem obras paralisadas?

Resposta: Sim

Comentario: existe uma creche paralisada, onde medidas foram tomadas para responsabilizar os danos ao erário publico.

58)Existem obras em andamento?

Resposta: Sim

Comentario: Reforma e ampliação da Praça José Nestor - Convenio

Reforma do Campo de Futebol - Convenio

Portal de Entrada e Iluminação da Avenida Aparecida do rio Negro - Recurso Próprio

Ampliação da escola Delci Ribeiro Barros - Execução direta

59)O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

Resposta: Sim

Comentario:

Contabilidade

16)As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

Resposta: Sim

Comentario:

17)Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Resposta: Sim

Comentario: todos restos apagar foram efetuado com receita e os prazos exigíveis

18)Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Resposta: Sim

Comentario:

19)Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Resposta: Não

Comentario:

20)O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

Resposta: Sim

Comentario:

Educação

29) Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?

Resposta: Sim

Comentário: foi aplicado o percentual de 25,27%

30) Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

Resposta: Sim

Comentário: foi aplicado o percentual de 65,71%

Saúde

92) Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

Resposta: Sim

Comentário: foi aplicado no exercício 2019 o percentual de 15,14%

Lei de Responsabilidade Fiscal

36) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

Resposta: Não

Comentário: não houve, uma vez que o controle interno já avisou

37) Onde foi realizada audiência pública?

Resposta: não houve

38) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?

Resposta: Não

Comentário: não houve

39) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

Resposta: Sim

Comentário:

40) A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Resposta: Sim

Comentário:

41) As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentário: e foram todas publicadas no portal de transparência

42) O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentário: todas foram publicadas no portal de transparência

43) O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentário:

44) O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de

Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentario:

45)O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

Resposta: Não

Comentario: não esta sendo recolhido IPTU - Continua da mesma forma do ACCI 2018/02. O Gestor é Ciente sobre o risco de renúncia de Receita

46)Ocorreram fatos que requeresse a limitação de empenhos?

Resposta: Não

Comentario:

47)Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos em lei art. 9º da LC nº 101/00?

Resposta: Não

Comentario:

48)Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Resposta: Sim

Comentario:

49)Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Resposta: Não

Comentario: todos que foram inscritos em restos apagar tinha disponibilidade financeira.

50)O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

Resposta: Não

Comentario: Como ja foi mencionado em outro questionário, Atualmente o Município não arrecada IPTU, sendo que o Gestor está ciente do risco de Renúncia de receita.

Financeiro

31)Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Resposta: Sim

Comentario: todos extratos são devidamente conferido e devidamente conciliados nas devidas contas

32)Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Resposta: Sim

Comentario:

33)Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Resposta: Sim

Comentario:

34)Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

Resposta: Sim

Comentario:

35)Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Resposta: Sim

Comentario:

Despesas

21)O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

Resposta: Sim

Comentario:

22)A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

Resposta: Sim

Comentario:

23)Houve despesas ordenadas sem a autorização legal?

Resposta: Não

Comentario:

24)Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

Resposta: Sim

Comentario: Na medida do possível, como se trata de apenas um responsável, isso vem dificultando todas analise previa levando muitos processo para analise subsequente.

25)Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Resposta: Sim

Comentario: Situação encontrada: verificou-se que o a Gestão está pagando a Gratificação Específica de Atividade de alguns servidores sem a devida comprovação, desrespeitando as disposições contidas nas leis que rege. A concessão de vantagens pecuniárias de qualquer natureza aos servidores públicos deve observar o princípio da legalidade estrita, não cabendo analogias ou interpretações extensivas que extrapolem o que, efetivamente, consta de disposições legais. A Unica justificativa existente que o Departamento de RH me apresentou foi uma elei Municipal. outros atos corriqueiros que foram detectados em tempo hábil, foi devolvido para as devidas regularizações

26)Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

Resposta: Não

Comentario:

27)Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

Resposta: Sim

Comentario: Lei Municipal nº311/2013 de 12 de agosto de 2013

28)Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Resposta: Sim

Comentario: Foram identificado algumas ausência de recolhimento ou repasse de INSS de prestadores de serviços de pessoa física e de servidores, mas alertei e já estão ciente para tomar as devidas providencias.

Informações Adicionais

93)Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário.

Resposta: seguem desde o exercício 2017 pagamentos de gratificações a diversos servidores da prefeitura de forma genérica.

Umaz vez , já foi alertado em forma de notificação e de forma verbal, ainda seguem tais pagamentos.

apesar de ter regularizado muito a questão de recolhimento de INSS, ainda tem algumas ausência de recolhimento de INSS.

Pagamento de Gratificação de forma genérica.

Ausência de recolhimento de IPTU.

Alerta de não aplicação dos índices constitucionais referente a Educação e Saúde.

94)NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas.

Resposta: A unidade de Controle Interno alerta ainda para o Gestor e para departamento de Recursos Humanos que a não regularização dos repasses das obrigações previdenciárias representa um descumprimento da legislação vigente.

foi RECOMENDADO, em caráter de urgência, implantação de um Sistema efetivo de cobrança ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), juntamente com divulgação para comunidade dos seus devidos deveres, para que os proprietários evitem inadimplência na dívida ativa. A Prefeitura exercendo sua obrigatoriedade, na cobrança baseada em lei, evitará possíveis penalidade dos órgãos competentes de Fiscalização.

No tocante a esse, assunto SUGIRO a Vossa Excelência juntamente ao Responsável de Recursos humanos suspenda tais pagamentos, e cria-se se uma nova estrutura administrativa com valores atualizados afim de evitar gratificações de forma tendenciosa ou genéricas.

RECOMENDO que evite contratação de novos funcionários, até que se regularize uma nova estrutura administrativa com os seus devidos valores, contudo, possa evitar possíveis irregularidades e sofra sanções dos controles externo.

Sugestão de suspensão de contrato com empresa que esteve sob judice e com medida cautelar.

95) Informe o endereço eletrônico do Portal da Transparência desta Unidade

*Resposta: <https://www.lagoadotocantins.to.gov.br/>
<https://transparencia.lagoadotocantins.to.gov.br/>
<https://diariooficial.lagoadotocantins.to.gov.br/>*